



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**EDITAL**

**-----JOSÉ MANUEL CALDEIRA SANTOS, PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA  
À CINTA: -----**

**----- TORNA PÚBLICO**, nos termos do disposto no artigo 91 conjugado no n.º4 do artigo 92 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro que na reunião ordinária desta Câmara realizada no dia vinte e cinco de Janeiro do ano de dois mil e doze, cuja ata se encontra devidamente aprovada, foram tomadas as seguintes deliberações. -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- No período de antes da ordem do dia solicitou a palavra o Vereador senhor António Eduardo Jorge Morgado que referiu: “Tinha aqui duas questões antes da ordem do dia. -----

----- A primeira questão é acerca da rede de iluminação pública. Queria saber quais as medidas de poupança energética que foram tomadas pela Câmara Municipal? Está a haver, tanto quanto sei, cortes de energia nos aglomerados, não sei se é em todos. Em quais é? E qual o horário em que as lâmpadas são apagadas durante a noite? -----

----- A segunda questão tem a ver com uma homenagem feita ao nosso Poeta Guerra Junqueiro no dia doze à noite no Auditório Paulo Quintela em Bragança. Foi exibido um documentário sobre Guerra Junqueiro, evento esse promovido pela Câmara de Bragança. O que eu queria saber é quem é que esteve a representar o Município nesse evento cultural. São estas as duas questões que gostaria de ver esclarecidas”. -----

----- Usou de seguida a palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Relativamente à iluminação pública, aquilo que nós fizemos foi, com base numa deliberação tomada na CIM Douro pelos dezanove Municípios do Douro, e depois de haver algumas experiencias já nalguns Municípios, e tendo em conta que haveria algumas hipóteses e soluções,



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

aquilo que o Município de Freixo fez foi, em primeiro lugar, dar voz às populações e fizemos isso na altura em que fomos às Freguesias no âmbito da “Semana do Município”. Neste contexto tivemos o cuidado de enviar e publicitar a agenda em todas as Freguesias, para proporcionar às populações um conhecimento do que se ia discutir para que pudessem, se assim o entendessem, tomar alguma deliberação sobre os temas da agenda. Nós ouvimos as populações, sobre o Livro Verde no âmbito da extinção de Freguesias e relativamente à questão da poupança energética nas Freguesias. -----

----- Foi o que aconteceu! Aquilo que foi deliberado na CIM Douro, e essa deliberação foi objeto de uma recomendação para todos os Municípios com base naquilo que já disse que é: fazer a avaliação. Isso foi feito pela CIM Douro, e o técnico que fez esse levantamento chegou à conclusão de que nas Freguesias onde desligaram “ponto sim, ponto não”, havia problemas graves de pessoas que perguntavam qual o critério para desligar.

----- Esses Municípios tiveram também o cuidado de questionar a EDP se eventualmente haveria a hipótese de desligar, por exemplo, um mês metade dos pontos e no mês seguinte a outra metade. Esta medida traria custos que são os seguintes: para mandar desligar não haveria qualquer custo, para mandar ligar nesses pontos teria uma taxa, essa taxa durante oito meses não levaria a nenhuma poupança quanto mais mandar desligar ponto sim, ponto não, mês sim, mês não, isso seria pior, ou então, por exemplo, meio ano desligavam-se umas e no outro meio ano as outras, isso também não seria viável. Durante oito meses se mandássemos desligar e depois mandar ligar com esse custo não se teria poupado nada, julgo que mais ou menos estou a ser esclarecedor em relação a isso. -----

----- Nos Municípios que fizeram isso, muitos tiveram que recuar por causa dos problemas com os Municípios e acabaram por desligar da uma da manhã às cinco e meia da manhã, poupando assim essas horas de iluminação. -----

----- Nós também optámos por essa solução, e aquilo que achámos das populações foi que, era preferível, de fato, desligar da uma às cinco e meia da manhã. Nessas reuniões em Poiães não apareceu ninguém; em Mazouco apareceu bastante gente; em Fornos apareceu uma pessoa, julgo eu, e também não foi para questionar isso, portanto também não esteve ninguém, isto para além da Junta de Freguesia que esteve presente; em Lagoaça também apareceu um número significativo de pessoas, dezoito a vinte pessoas. Questionados sobre essa situação acharam por bem a sugestão que lhe foi apresentada. Também há uma questão que importa



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

avaliar: se desligarmos “um ponto sim, ponto não”, vamos ter falha de luz durante o período das cinco e meia, que é a hora em que se começa a fazer de noite agora no Inverno, ou seis horas. Depois os relógios vão atualizando, haverá falha de luz na altura em que as pessoas mais a precisão, que é das seis horas até à uma da manhã. Por exemplo, se falarmos no caso da Vila de Freixo, que também estamos a avaliar situações e estamos a ver quais são os PT que eventualmente é possível desligar e desligar sem haver interferência em relação ao centro da Vila, porque o problema na Vila tem mais a ver com a questão do centro onde há casas comerciais, os bancos, situações que são mais complicadas. Na área dos bairros habitacionais não haverá tanto problema, porque de facto a partir da uma da manhã já não se vê ninguém na rua e até às cinco e meia da manhã ninguém precisa da luz, claro que haverá a questão da segurança que foi transmitida à GNR e sensibilizada para fazer, já, várias rondas nas Freguesias para que as pessoas sintam que a GNR está a fazer esse trabalho e que o fará também nas zonas que forem desligadas na sede do Concelho.

----- Estamos a avaliar isso, aliás se eventualmente o desligar nas Freguesias for suficiente para compensar o aumento da energia eléctrica, e também o aumento do IVA que passou de seis para vinte e três por cento, possivelmente não teremos nenhuma intenção de estar a desligar também na sede do Concelho. Agora, também poderemos mudar a questão do horário se eventualmente estivermos a obter resultados superiores àquilo que nós pretendemos. O que é expectável é não agravar a fatura da energia com este aumento dos custos da energia e com o aumento do IVA para vinte e três por cento. -----

----- Portanto, foi uma medida tomada em consenso com as populações, é uma medida que não é rígida, continuamos a avaliar o que é que é possível fazer. Agora, é certo que a Câmara não consegue arcar com mais este problema da energia eléctrica, deste aumento, como também não vai conseguir arcar com as diferenças que há, por exemplo, na questão da tarifa das águas, na tarifa dos resíduos. Portanto nós vamos querer aproximarmo-nos cada vez mais das informações que o ERSAR nos vai dizendo, a Câmara de Bragança fez isso agora há pouco tempo, todas as Câmaras estão a adaptar-se àquilo que são as tarifas que o ERSAR normalmente, mais ou menos informa para que de fato nos aproximemos desses parâmetros, e depois analisar se de fato queremos continuar a apoiar socialmente estes custos. Só que a Câmara com base naquilo que recebe para despesas correntes, e também de capital (porque vamos buscar praticamente um milhão de euros ao capital para custear despesas



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

correntes) não vai continuar a conseguir cumprir com os pagamentos. Esta é a situação e estamos disponíveis para eventualmente analisar algumas situações. -----

----- Depois temos outra questão. A Câmara fez um projeto, uma candidatura no âmbito da CIM Douro que, tal como as outras Câmaras, que tem a ver com a implementação de alternativas como é o caso. Para a nossa CIM, pelo menos para a Associação do Douro Superior, as Câmaras que fazem parte do Douro Superior decidiu-se implementar balastros eletrónicos que vão permitir (se calhar para colmatar esta situação se eventualmente formos capazes de obter aquela poupança que pensamos que vamos ter) afracar a luz durante a noite num período por exemplo até mais cedo, dez horas, onze horas, em que já não será necessário tanta iluminação e podemos afracar de forma a obter esse resultado que tem a ver com essa diferença. -----

----- No concernente ao evento do Guerra Junqueiro quero dizer que recebemos o convite por parte da Câmara de Bragança. Não tivemos o convite por parte do professor, porque o que se passou na Câmara de Bragança já nós fomos objeto dessa participação. Trata-se de uma iniciativa em Bragança, entendemos, pelo menos eu entendi, recebemos aqui o convite, não sei se alguns dos Vereadores também o recebeu mas, que não seria muito importante, atendendo a que já estivemos no Porto, estivemos em vários locais. Relativamente a esta situação ficámos um bocado admirados como é que da parte da Universidade Católica não nos foi transmitido nada, antes pelo contrário, foi a Câmara de Bragança que nos fez um convite vulgar, como qualquer outra Câmara como tantos convites e nós às vezes também evitamos as saídas pelo fato não só das ajudas de custo mas também das despesas de deslocação. Portanto, não fomos porque achámos que não ia haver nada de novo em Bragança, aquilo que se iria passar era uma repetição, aliás, era uma demonstração em Bragança daquilo que nós fazemos parte”. -----

----- Usou de novo a palavra o Vereador senhor António Eduardo Jorge Morgado que referiu: “Em relação à minha primeira questão, em relação à segunda estou esclarecido, eu não a partilho. Eu sei que a Câmara Municipal, obviamente, esta e todas, têm que fazer esforços em termos de contenção de despesas na parte da iluminação pública mas, não partilho da situação de se apagar a luz, toda a iluminação dentro de um determinado período da noite. Portanto aqui, aquilo que foi dito pelo senhor Presidente, e também estou dentro do assunto, obviamente, na minha qualidade profissional, tem duas opções; Ou se corta a energia, pura e simplesmente,



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

em todas as lâmpadas existentes durante um período da noite, ou se faz um “apagão” parcial, ou seja, apaga-se lâmpada sim, lâmpada não. -----

----- Em minha opinião, por uma questão de segurança penso que é mais vantajoso, apesar de, desde que anoitece e que as lâmpadas acendem se ver menos nas ruas mas termos a garantia que há iluminação toda a noite, a outra situação é termos as ruas mais iluminadas até um determinado período da noite e depois durante o resto da noite está tudo completamente às escuras o que cria, em minha opinião, essa sensação de insegurança na população. -----

----- Eu sou mais adepto da situação de que se deveria apagar a iluminação mas, alternadamente lâmpada sim, lâmpada não, ou em função da característica da rua e da iluminação pública do próprio local. -----

----- Depois há aqui uma situação que penso que também deve ser corrigida, que tem a ver com o sentido de discriminação das aldeias em relação à sede de concelho, ou seja, então na aldeia a iluminação é desligada e na vila isso não acontece, ou seja, na perspetiva de que se partilhem os esforços e as medidas de contenção, acho que deve ser pensada também a situação em relação à vila, ou seja, os munícipes da vila são iguais aos das freguesias, portanto é esta a minha opinião em relação a esta situação”. -----

----- Usou de seguida a palavra o senhor Presidente da Câmara referindo: “Relativamente a essa situação posso entender que o senhor Vereador propõe que na vila se apague também tudo?” -----

----- Usou de novo a palavra o Vereador senhor António Eduardo Jorge Morgado que referiu: “Não! Não proponho que se apague tudo, o que eu proponho é que se tomem medidas de poupança energética na vila iguais às freguesias e, em minha opinião é mais correto que seja apagada a iluminação a cinquenta por cento em todo o período de iluminação, a que esteja a iluminação cem por cento acesa até à uma e meia da manhã e esteja tudo apagado até às cinco da manhã, ou seja, desde que anoitece, agora por exemplo, das seis da tarde até às sete da manhã, que amanhece, em que o relógio solar desliga a iluminação nos postos transformadores da EDP que se possa racionalizar a energia apagando algumas lâmpadas e deixando outras acesas mas, mantendo sempre a iluminação acesa. -----

----- Agora, que as medidas que se tomem nas freguesias sejam também tomadas na vila”. -----



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

----- Usou de seguida a palavra o senhor Presidente da Câmara referindo: “Eu já percebi! Também não fomos nós que decidimos que seria preferível apagar da uma da manhã às cinco e meia da manhã, foi em conjunto com as populações, aliás tivemos o cuidado, e já disse isto, de fazer uma convocatória expressa, onde constavam os assuntos a debater para que as pessoas não pudessem agora dizer que não sabiam. As pessoas pura e simplesmente, muitos deles alhearam-se a essa situação e outros que participaram, depois de lhe ter sido posta estas duas posições, uma delas a que o senhor Vereador defende, foram as populações que ali estiveram presentes que disseram, e que foram unânimes em que da uma da manhã às cinco e meia da manhã ninguém precisa a luz, é preferível manter à porta de toda a gente aquilo que existe e, da uma da manhã às cinco e meia da manhã apagar e porquê? Porque vai haver pessoas, com esta solução de apagar uma sim, uma não, que ficam com a porta completamente iluminada e outras que vão ficar com a porta completamente às escuras. Optando por esta situação não há a mesma igualdade para todas as casas e para todos os munícipes, também estamos aqui a entrar numa situação de desigualdade, e isso foi aquilo que já foi testado noutros concelhos e que só depois de haver alguns feedback’s é que a CIM Douro numa agenda que foi tratada em várias reuniões, mas que chegou a um ponto em que, com base naquilo que eram as opiniões de todas as pessoas entendemos sugerir aos Municípios, dependendo cada um da sua situação financeira e económica, porque pode haver um Município que tenha capacidade para continuar com a luz acesa pese embora estes aumentos todos. Aqueles que não têm, aquilo que foi dito, foi para que se fizesse desta forma. Aliás, também temos notícia de alguns Municípios que dizem que só não fazem isso porque não têm coragem política, nós não queremos que isso aconteça, nós queremos dizer às pessoas que fazemos aquilo que for melhor para elas e, também queremos dizer às pessoas que não é por falta de coragem política que não o vamos fazer. -----

----- Portanto, para nós, o estudo que foi feito revelou que, se mandássemos desligar hoje um ponto de luz teríamos que estar oito meses para compensar o valor que teríamos que pagar à EDP depois para o mandar ligar, que tem um custo de 23,00€ por ponto de luz. Atendendo a que isto é uma situação transitória, porque pode ser transitória, julgo que a melhor forma é satisfazer as vontades das populações com esta situação que não traz custos para a Câmara, mas no entanto, se o senhor Vereador propuser e tiver a coragem de propor que se faça igual às freguesias como na vila, atendendo a que a situação não é igual, isso podemos discuti-lo! Os



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

munícipes não são mais nem menos, mas as condições é que não são as mesmas, porque estamos a falar nas freguesias de populações que têm a ver com duzentos habitantes e trezentos habitantes e estamos a falar de uma vila que tem quase três mil habitantes, portanto isto é muito diferente, também entendemos que tem que haver racionalização na vila. Até ao momento, estamos numa fase experimental, aliás isto aconteceu no Município de Famalicão em que até desligaram na Cidade, e aquilo que aconteceu, foi que começou a haver assaltos que fizeram com que no segundo dia tiveram que voltar a ligar. Portanto isto é importante, nós aqui, até ao momento, não temos qualquer informação, desde o dia quatro de janeiro até ao momento que nas freguesias tivesse havido alguma questão de insegurança, de assaltos, de roubos, de qualquer tipo de insegurança, portanto, leva-nos a crer que se calhar a medida que as populações optaram é a melhor. -----

----- Aquilo que o Presidente da Câmara, e o Executivo fizeram foi respeitar a opinião das freguesias. Se eventualmente chegarmos à conclusão que não é essa a vontade delas, com certeza que arripiaremos caminho. A poupança tem que existir, de que forma não sei, sei que estamos disponíveis para a melhor forma de fazer poupança, se quiserem um “ponto sim outro não”, estamos disponíveis para o fazer, alteramos a situação rapidamente. Estou certo que essa medida vai trazer mais problemas do que vantagens, quer para o Município, quer para as pessoas, no entanto esta foi a decisão dos Municípes das freguesias, se eventualmente tiver que ser alterada, tem que ser também alterada com eles, com as pessoas a pronunciarem-se e faremos aquilo que for mais importante, sendo certo também que podemos até manter tudo ligado, agora o que poderemos ter que lançar uma taxa para que toda a gente custeie este aumento dos custos porque a Câmara não tem folga financeira para o fazer. A Câmara hoje recebe menos do que recebia em dois mil e oito, e paga muito mais pela energia do que pagava nessa altura, portanto, o que se está aqui a passar é que, é um fato concreto, gostava também de ouvir a opinião dos senhores Vereadores da oposição relativamente a esta necessidade ou não de poupar, se reconhecem ou não que o Município tem que poupar no sentido de conseguir pagar e, depois também, que apontem qual a melhor solução, se o quiserem fazer sem ouvir as populações, que é aquilo que possivelmente estão a fazer. É muito fácil ser sempre contra a posição que foi tomada, mas é importante saber que neste caso se está a tomar uma posição que não tem que ver com a posição tomada pelas populações dessas freguesias. Pode eventualmente haver nessas freguesias



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

uma pessoa, ou outra que discorde, isso estamos de acordo, e sabemos que o há, sabemos bem que aquilo que tem havido nas freguesias de desacordo, tem a ver com as pessoas que, normalmente, frequentam os cafés até às duas da manhã e até às três da manhã, isso são questões que não têm a ver com a população em si, e que depois querem ir para casa com luz mas, sinceramente, a decisão da maioria das pessoas que estiveram presentes e que foram convocadas para o efeito, foi de que a melhor forma seria desligar da uma da manhã às cinco e meia da manhã que era a altura em que eles não precisam da energia porque à uma da manhã, praticamente, estão todos a descansar e que às cinco e meia da manhã, sim senhor, voltam a precisar da energia elétrica para se dirigirem para a agricultura, para as jeiras, que muitas vezes começam a essa hora. -----

----- Esta é a nossa posição, é a posição que vai prevalecer enquanto não houver outra decisão, mas quero que fique bem claro que a posição da Câmara vai no sentido de poupar aquilo que tem que poupar, estando aberta à solução que as freguesias optarem e nunca uma posição quer seja do Presidente da Câmara, quer seja do Executivo, quer seja até da CIM Douro, nós estamos disponíveis, pese embora a CIM Douro, que é a Associação dos dezanove Municípios, tenha decidido pela experiencia dos Municípios nós estamos disponíveis para fazer aquilo que as populações quiserem.” ----

----- Usou de seguida a palavra a Vereadora senhor Maria do Céu Quintas questionando o senhor Presidente se sabia quanto é que poupava. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara referindo: “nós estamos a avaliar o que é que estamos a poupar e se eventualmente estivermos a poupar mais do que aquilo que são as nossas perspetivas, vamos alterar o procedimento. Se necessário desligamos só às duas da manhã, ou se possível desligar só às três, será às três”. -----

----- Usou de seguida a palavra o Vereador senhor António Eduardo Jorge Morgado que referiu: “Em conclusão, da minha parte realço a ideia de que no fundo estamos a ir contra aquele sentido de discriminação de que falei, de se reduzir o consumo na vila e dentro daquilo que o senhor Presidente falou, de cortar alternadamente a iluminação nalgumas lâmpadas de forma a garantir essa iluminação mínima e de segurança. -----

----- Agora em relação às freguesias, se a população entendeu que se devia desligar a iluminação na totalidade, pois com certeza entendeu, apesar de na minha opinião continuar a achar que se calhar não é o



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

processo mais correto e, na minha opinião continuo a achar que é preferível ter uma lâmpada de setenta em setenta metros acesa do que ter uma de trinta e cinco em trinta e cinco metros as duas apagadas mas, respeito obviamente a decisão, digamos, desses inquéritos feitos nas freguesias, portanto, compreendo e aceito que se faça a contenção de despesa como já foi referido. -----

----- Em relação à vila, obviamente que não sou adepto que se apague a luz na totalidade, mas sim que se reduza a iluminação conforme já foi referido”. -----

----- Usando de novo a palavra o senhor Presidente da Câmara referiu: “Relativamente a esta situação quero dizer o seguinte, é sempre muito fácil emitir opiniões quando não tem que se tomar decisão concreta, e a decisão concreta tem custos que nós sinceramente assumimos, mas assumimos com as posições das freguesias e tudo quando fizermos sempre será com base na decisão dos Municípes quer seja das freguesias quer seja da vila, havendo sempre a necessidade de arranjar soluções alternativas que efetivamente reduzam aquilo que está em causa. -----

----- Qualquer solução que seja criada tem que ter o objetivo sempre claro de respeitar a vontade das populações mas, atingir o objetivo de reduzir aquilo que o Município tem que reduzir e que não consegue de fato continuar a custear”. -----

### ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia vinte e quatro do mês de Janeiro do ano dois mil e doze que acusa o saldo disponível de: -----

**Dotações Orçamentais** – Setecentos e seis mil e noventa e nove euros e dois cêntimos. -----

**Dotações não Orçamentais** – Cento e dezanove mil seiscentos e cinquenta e oito euros e sessenta e três cêntimos. -----



## **MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA** **CÂMARA MUNICIPAL**

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** - Deliberado por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária realizada no dia onze de Janeiro do ano de dois mil e doze, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----  
----- O Vereador senhor Pedro Miguel de Sá Mora absteve-se em virtude de não ter estado presente na reunião a que a mesma se reporta. -----

### **04 – AQUISIÇÕES DIVERSAS**

----- **“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA” – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – PROPOSTA:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato de fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão especial do Município de Freixo de Espada à Cinta. -----

### **06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS**

----- **De DSTELECOM LDA,** solicita aditamento ao processo de obras número dezasseis barra dois mil e onze. -----  
----- Atenta a informação número nove barra dois mil e doze, datada do dia dez de Janeiro do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente. -----

----- **De ARMINDO GASPAR APOLINÁRIO,** solicita destaque de parcela do prédio sito nas Eiras de Cima da Freguesia de Ligares. -----  
----- Atenta a informação número seis barra dois mil e doze, datada do dia nove de Janeiro do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em apreço. -----



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

**----- VENDA AMBULANTE – RENOVAÇÃO DE CARTÃO:**  
Presente um requerimento subscrito por Manuel Ribeiro Ferreira da Silva. Residente na Freguesia de Moimenta da Beira, solicitando que lhe fosse renovado o cartão de vendedor ambulante para poder atuar nas feiras e mercado da área deste Município como vendedor de comércio a retalho de têxteis. -----  
----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em apreço. -----

### **08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

**----- VIII REGULAMENTO DO CONCURSO DE MÁSCARAS – PROPOSTA:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta de regulamento do Oitavo Concurso de Máscaras de Carnaval e que aqui se dá por integralmente reproduzida ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----  
----- Depois de devidamente analisada a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta em apreço. -----

**----- REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – INFORMAÇÃO - PROPOSTA:** Presente a informação úmero dezassete, datada do dia nove de Janeiro do presente ano, subscrita pela Técnica Superior Dr.<sup>a</sup> Telma Redondo e que a seguir se transcreve. -----

Nos termos do n.º 2 do art.º 2 do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo “a Câmara Municipal decide sobre a oportunidade de abertura do concurso, estabelecendo as fases e as condições não previstas no presente Regulamento”.

Nesta sequência, deverá a Excelentíssima Câmara Municipal deliberar e tomar a decisão que melhor entender sobre o assunto em epígrafe.

A Técnica Superior  
Dr.<sup>a</sup> Telma Redondo



## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, atendendo à situação económica do Município e, enquanto não estiver regularizada a atribuição dos valores dos anos anteriores, não proceder à abertura do concurso de Atribuição de Bolsas de Estudo. -----

**----- FUNDAÇÃO MARIA ISABEL GUERRA JUNQUEIRO E LUÍS PINTO DE MESQUITA CARVALHO – MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO PARA INTEGRAR O CONSELHO FISCAL - PROPOSTA:** Presente uma missiva da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto de Mesquita Carvalho solicitando à Câmara Municipal a designação de um membro para integrar o Conselho Fiscal daquela instituição dando cumprimento ao disposto no artigo décimo quarto dos estatutos da Fundação em referência. -----

----- Após a análise dos Estatutos, mais propriamente do artigo décimo quarto, concluiu-se que o representante designado pela Câmara Municipal não tem que ser o Presidente da Câmara. Posto isto, o senhor Presidente da Câmara Municipal propôs que fosse designada a Associação Cultura e Desenvolvimento Terras de Junqueiro para representar a Câmara Municipal no Conselho Fiscal da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto de Mesquita Carvalho dado que o objetivo primordial desta Associação é a promoção da obra de Guerra Junqueiro. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com a abstenção dos Vereadores senhor António Eduardo Jorge Morgado e senhora Maria do Céu Quintas aprovar a proposta em apreço. -----

**----- RESCISÃO DO CONTRATO DE CESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA CONGIDA – INFORMAÇÃO – PROPOSTA:** Presente um requerimento subscrito por Ricardo Jorge Massano Madeira solicitando a rescisão do contrato de cessão de exploração do Bar da Congida. -----

----- Seguidamente foi presente a informação número vinte e sete, datada do dia doze de Janeiro do presente ano, subscrita pela Técnica Superior Dr.<sup>a</sup> Susana Valente e que a seguir se transcreve. -----

Relativamente à pretensão formulada pelo cessionário, Sr. Ricardo Jorge Massano Madeira datada de dois de



## **MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA CÂMARA MUNICIPAL**

Novembro de dois mil e onze, na qual requer a rescisão do contrato de cessão de exploração do Bar da Congida celebrado no dia um de Julho de dois mil e dez, convém ter em conta o que o Caderno de Encargos e o contrato da cessão de exploração dispõem sobre a rescisão do contrato.

Da análise dos documentos supra mencionados constata-se que, o caderno de encargos, erradamente, apenas consagra a possibilidade de rescisão por parte do cedente/município, e digo erradamente, porque deveria ter sido consagrada a possibilidade de o contrato poder ser rescindido por qualquer das partes.

O contrato de cessão de exploração consiste na cedência de um estabelecimento comercial, considerado uma universalidade de elementos constitutivos, isto é, um conjunto de bens unitário, com vista à sua exploração económica, por certo prazo e mediante retribuição determinada, integra um contrato inominado e não um contrato de arrendamento, está sujeito ao regime geral dos negócios jurídicos e, por isso, excluído das regras especiais de arrendamento.

Tratando-se de um contrato inominado, devem ser-lhes aplicáveis, na falta de estipulação das partes, as normas dos tipos contratuais afins, e depois as gerais das obrigações e dos contratos. Quando nem umas nem outras resolverem o caso, terá o Juiz que fazer a integração do contrato nos termos gerais.

Portanto dado que as partes não estipularam a possibilidade de rescisão/resolução do contrato por parte do cessionário, deve ser-lhe aplicada as normas gerais dos contratos e ser admitida a resolução do contrato.

Nos termos do n.º 1 do art.º 436 do Código Civil a resolução do contrato pode fazer-se mediante declaração à outra parte, ora no caso em apreço o cessionário fez essa declaração no dia 2 de Novembro de dois mil e onze e dado que não estava convencionada a possibilidade de rescisão por parte do cessionário deve a mesma ser aceita sem fixação de prazo para que a mesma se opere.

Este é o meu parecer, contudo caberá à Excelentíssima Câmara Municipal decidir ou não sobre a admissão da rescisão do contrato por parte do cessionário.

É tudo quanto me cumpre informar.

A Técnica Superior  
Dr.ª Susana Maria Durana Valente



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- Depois de devidamente analisada a informação a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à rescisão do contrato de cessão do Bar da Congida. -----

----- **MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – ALTERAÇÃO DE DADOS – NÚMERO DE CONTRIBUINTE:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi apresentada uma proposta verbal no sentido de o número de contribuinte que estava atribuído à Câmara Municipal que era 680004726 seja agrupado ao número de contribuinte do Município de Freixo de Espada à Cinta que é 506884937. -----  
----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta em apreço. -----

----- **LRTM – LABORATÓRIO REGIONAL DE TRÁS-OS-MONTES – ENVIO DE RELATÓRIOS DE ENSAIO – TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento dos relatórios de ensaio enviados pelo Laboratório Regional de Trás-os-Montes. -----

----- Para constar e devidos efeitos se dactilografou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

----- Edifício dos Paços do Concelho e Divisão Administrativa, Financeira e Social oito de Fevereiro do ano de 2012. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA

JOSÉ MANUEL CALDEIRA SANTOS